

Entrevista com Francisco Louçã

“O que assistimos é a uma luta de classes para reconfigurar o mundo, de modo que as tecnologias possam ser o centro de um relançamento da acumulação de capital, com uma exploração mais intensa”

(Louçã)

Helena Martins

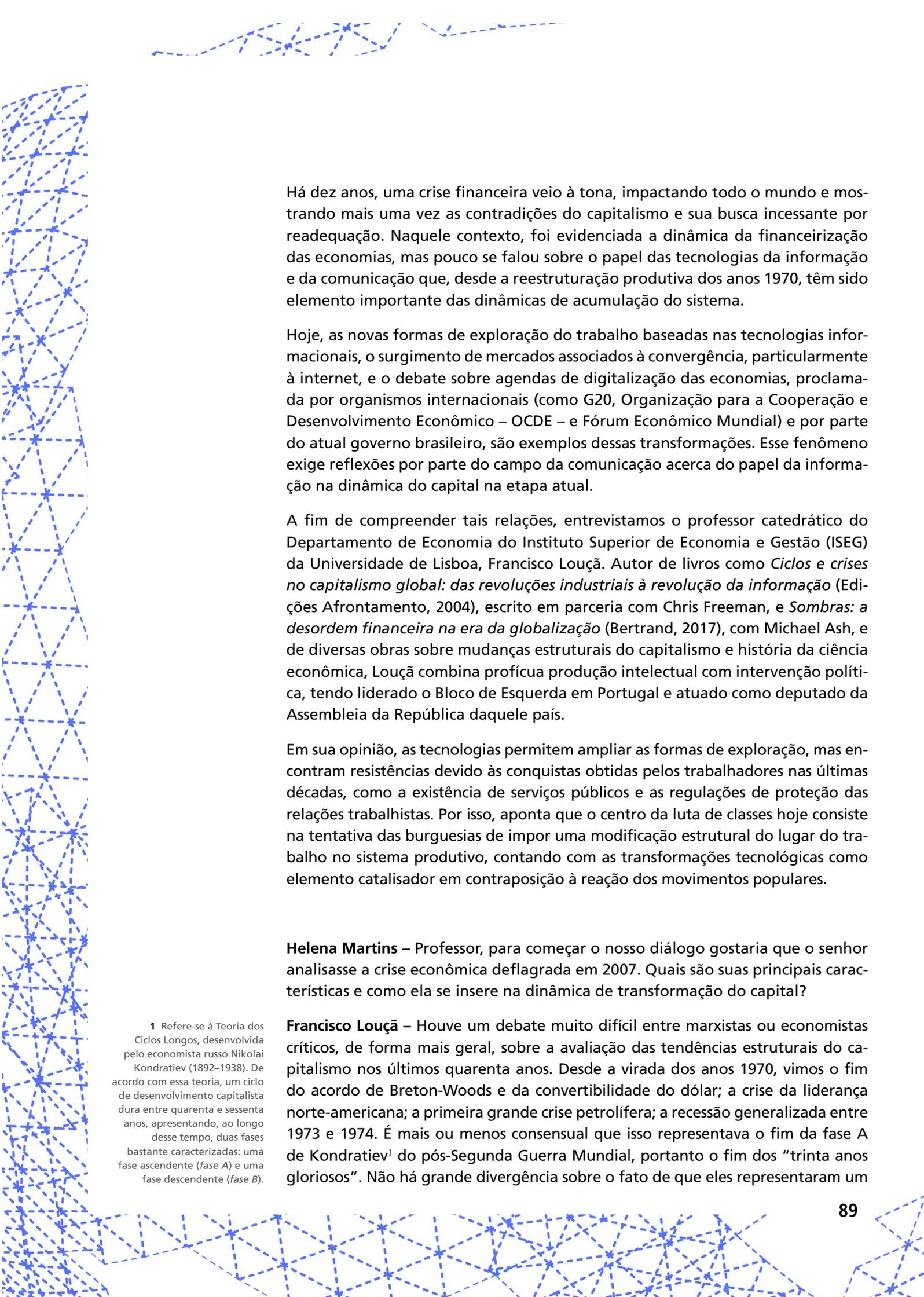
Jornalista, mestra em Comunicação Social e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) – **Brasil**.

Contato: mb.helena@gmail.com

Jonas Valente

Jornalista, mestre em Comunicação Social e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) – **Brasil**.

Contato: jonasvalente@gmail.com



Há dez anos, uma crise financeira veio à tona, impactando todo o mundo e mostrando mais uma vez as contradições do capitalismo e sua busca incessante por readequação. Naquele contexto, foi evidenciada a dinâmica da financeirização das economias, mas pouco se falou sobre o papel das tecnologias da informação e da comunicação que, desde a reestruturação produtiva dos anos 1970, têm sido elemento importante das dinâmicas de acumulação do sistema.

Hoje, as novas formas de exploração do trabalho baseadas nas tecnologias informacionais, o surgimento de mercados associados à convergência, particularmente à internet, e o debate sobre agendas de digitalização das economias, proclamada por organismos internacionais (como G20, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e Fórum Econômico Mundial) e por parte do atual governo brasileiro, são exemplos dessas transformações. Esse fenômeno exige reflexões por parte do campo da comunicação acerca do papel da informação na dinâmica do capital na etapa atual.

A fim de compreender tais relações, entrevistamos o professor catedrático do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, Francisco Louçã. Autor de livros como *Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação* (Edições Afrontamento, 2004), escrito em parceria com Chris Freeman, e *Sombras: a desordem financeira na era da globalização* (Bertrand, 2017), com Michael Ash, e de diversas obras sobre mudanças estruturais do capitalismo e história da ciência econômica, Louçã combina profícua produção intelectual com intervenção política, tendo liderado o Bloco de Esquerda em Portugal e atuado como deputado da Assembleia da República daquele país.

Em sua opinião, as tecnologias permitem ampliar as formas de exploração, mas encontram resistências devido às conquistas obtidas pelos trabalhadores nas últimas décadas, como a existência de serviços públicos e as regulações de proteção das relações trabalhistas. Por isso, aponta que o centro da luta de classes hoje consiste na tentativa das burguesias de impor uma modificação estrutural do lugar do trabalho no sistema produtivo, contando com as transformações tecnológicas como elemento catalisador em contraposição à reação dos movimentos populares.

Helena Martins – Professor, para começar o nosso diálogo gostaria que o senhor analisasse a crise econômica deflagrada em 2007. Quais são suas principais características e como ela se insere na dinâmica de transformação do capital?

Francisco Louçã – Houve um debate muito difícil entre marxistas ou economistas críticos, de forma mais geral, sobre a avaliação das tendências estruturais do capitalismo nos últimos quarenta anos. Desde a virada dos anos 1970, vimos o fim do acordo de Breton-Woods e da convertibilidade do dólar; a crise da liderança norte-americana; a primeira grande crise petrolífera; a recessão generalizada entre 1973 e 1974. É mais ou menos consensual que isso representava o fim da fase A de Kondratiev¹ do pós-Segunda Guerra Mundial, portanto o fim dos “trinta anos gloriosos”. Não há grande divergência sobre o fato de que eles representaram um

¹ Refere-se à Teoria dos Ciclos Longos, desenvolvida pelo economista russo Nikolai Kondratiev (1892–1938). De acordo com essa teoria, um ciclo de desenvolvimento capitalista dura entre quarenta e sessenta anos, apresentando, ao longo desse tempo, duas fases bastante caracterizadas: uma fase ascendente (*fase A*) e uma fase descendente (*fase B*).



2 De acordo com o modelo de Freeman, a manutenção de uma onda depende da sintonia entre o paradigma tecnoeconômico e a estrutura socioinstitucional. A dissintonia entre esses elementos principia crises.

3 Economista francês do II Império, Clément Juglar foi o primeiro a descobrir o movimento cíclico, conferindo a ele uma periodicidade média da ordem de oito anos.

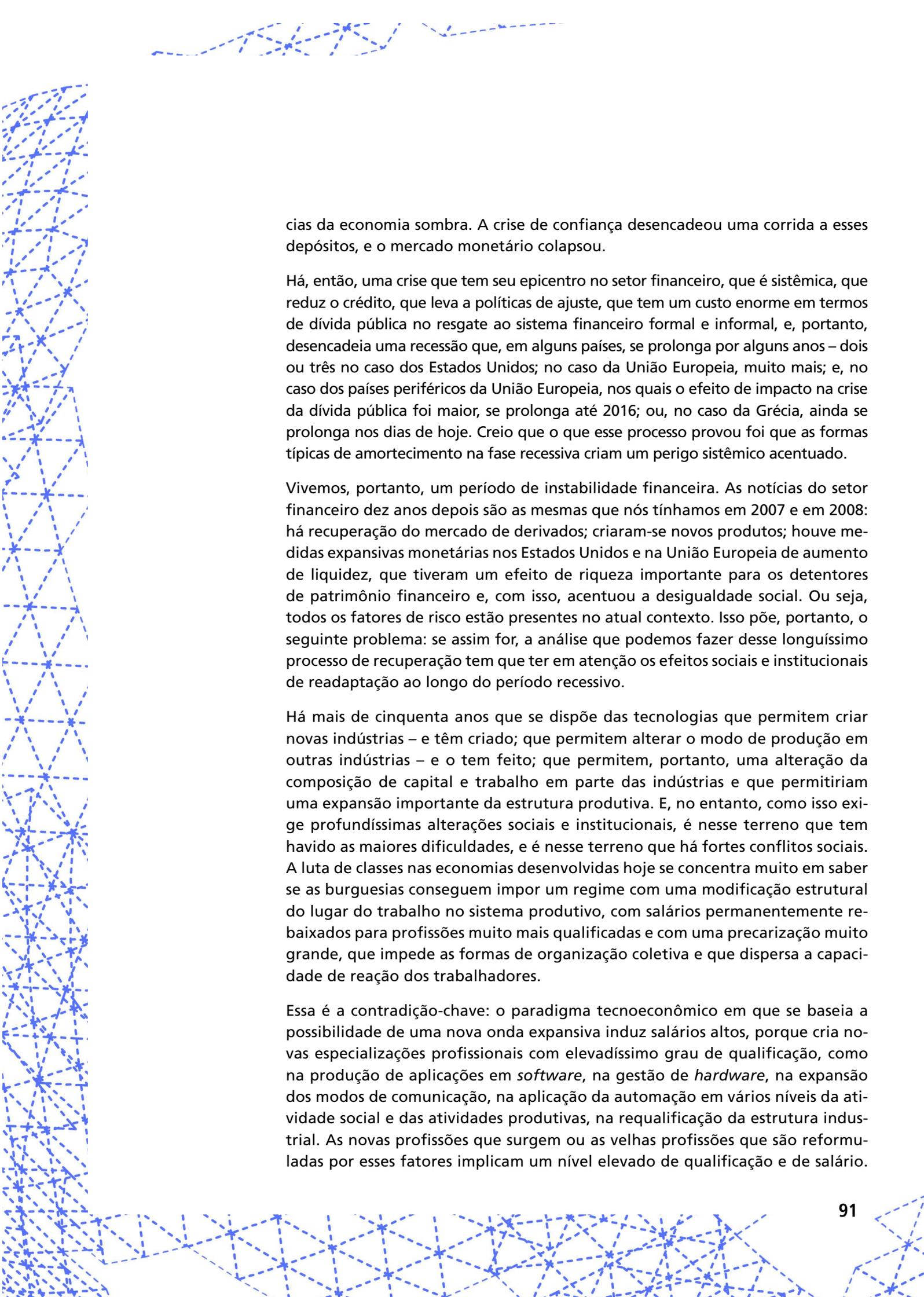
período de acumulação de capital muito intenso, combinado com reestruturação na organização social e com um grande crescimento dos mercados financeiros.

O que acontece a partir daí, contudo, é muito polêmico. Alguns economistas entenderam que a fase B, portanto a fase de predominância recessiva dessa quarta onda de Kondratiev, tinha sido muito curta e que, logo nos anos 1980, uma recuperação da taxa de lucro teria permitido a entrada em uma quinta onda longa, que terminaria na crise de 2007–2008. Essa visão é suportada por uma análise da dinâmica da taxa de lucro nos países capitalistas mais desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos, que teve, é verdade, uma recuperação assinalável nos anos 1980. Creio, no entanto, que essa perspectiva está errada. Entendo que ela se baseia em uma visão muito limitada da rentabilidade de algumas indústrias nos países mais avançados da economia capitalista, em uma visão simplista da readaptação socioinstitucional² e do próprio processo de afirmação de lideranças na organização do mundo capitalista.

Creio, pelo contrário, que o que nós temos assistido é a uma muito longa fase recessiva da quarta onda de Kondratiev, que tem se prolongado nos últimos quarenta anos, com oscilações, como sempre, com recessões ou Ciclos de Juglar³ muito acentuados, que conduziu à acumulação no setor financeiro, em particular. Isso porque a finança foi, nas últimas décadas, o elemento de substituição da demanda agregada, porque o crédito barato permitiu compensar a estagnação salarial e manter um nível do poder de compra com alguma expansão nos países do Ocidente, o que tem um efeito social importante de contenção das reivindicações salariais e da tensão pela distribuição do rendimento.

O setor financeiro desempenhou esse papel social de amortecedor, ao mesmo tempo em que multiplicava uma economia sombra, uma finança sombra, ou seja, uma forma de intermediação de crédito fora do sistema bancário formal, que chegou a ter, na crise de 2007, uma dimensão muito maior do que o sistema bancário formal. Ocorre que, nesse caso, o risco sistêmico é muito maior, porque não há supervisão. Assim, os novos produtos financeiros se beneficiaram da desregulamentação porque se multiplicaram formas de criação fictícia de capital. Portanto, quando um pequeno incidente desencadeou o colapso da credibilidade dos produtos estruturados, sobretudo nos mercados de derivados, desencadeou-se uma crise financeira global que criou uma recessão generalizada, com contração do crédito e da demanda.

Na verdade, o crédito *subprime* que desencadeou esse processo nos Estados Unidos, a partir do verão de 2007, é uma pequena parte do total do crédito hipotecário, que é uma pequena parte do mercado financeiro. Foi, de fato, um efeito borboleta, porque mesmo o colapso do crédito *subprime* teria – e isso não ocorreu na sua totalidade – um efeito pequeno nos mercados financeiros. O problema é que o crédito fazia parte dos processos de titularização, o que significa que o crédito era vendido em pacotes sucessivos com valorização artificial e, portanto, fazia parte dos balanços das agências financeiras, dos bancos e, depois, das agên-



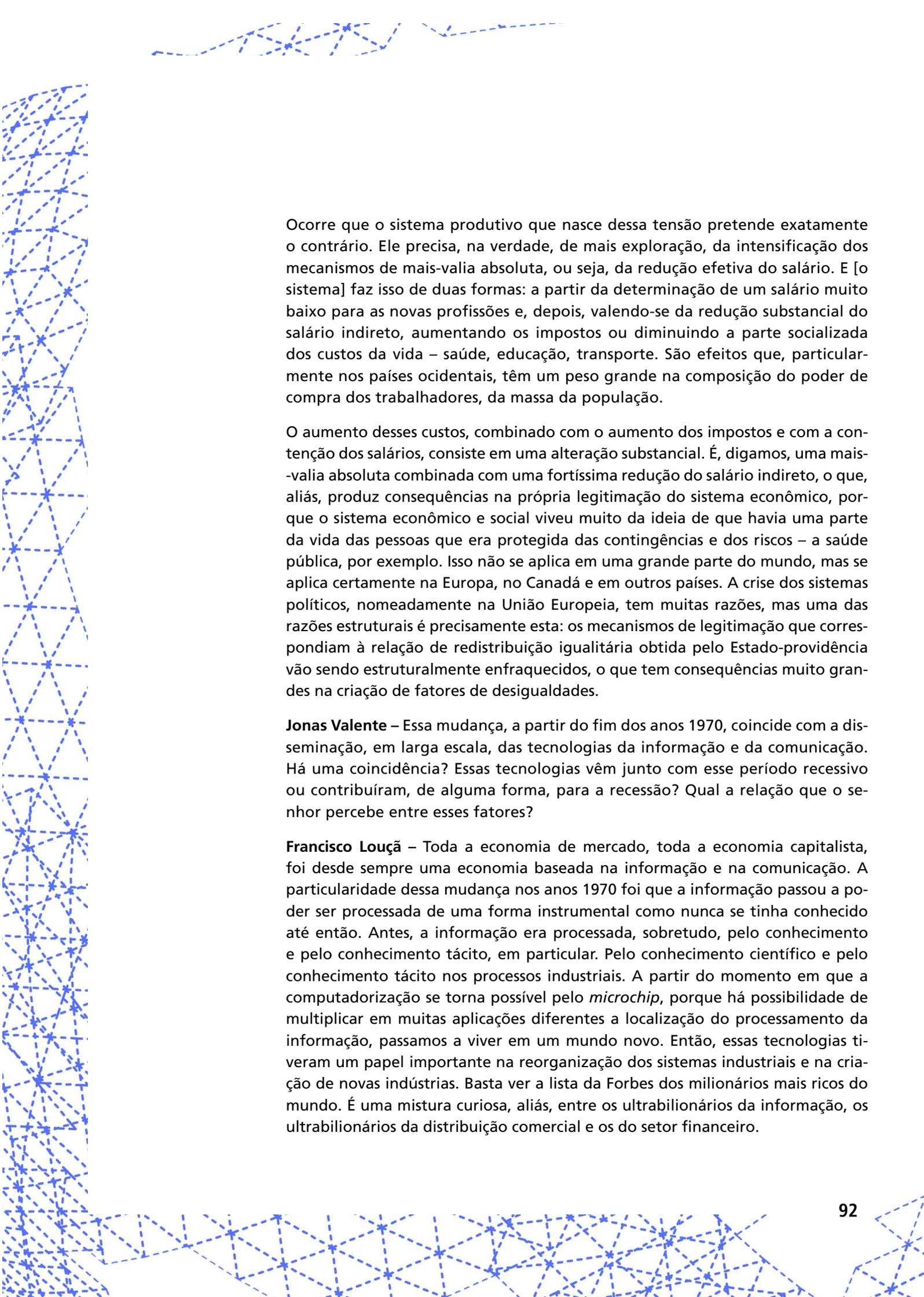
cias da economia sombra. A crise de confiança desencadeou uma corrida a esses depósitos, e o mercado monetário colapsou.

Há, então, uma crise que tem seu epicentro no setor financeiro, que é sistêmica, que reduz o crédito, que leva a políticas de ajuste, que tem um custo enorme em termos de dívida pública no resgate ao sistema financeiro formal e informal, e, portanto, desencadeia uma recessão que, em alguns países, se prolonga por alguns anos – dois ou três no caso dos Estados Unidos; no caso da União Europeia, muito mais; e, no caso dos países periféricos da União Europeia, nos quais o efeito de impacto na crise da dívida pública foi maior, se prolonga até 2016; ou, no caso da Grécia, ainda se prolonga nos dias de hoje. Creio que o que esse processo provou foi que as formas típicas de amortecimento na fase recessiva criam um perigo sistêmico acentuado.

Vivemos, portanto, um período de instabilidade financeira. As notícias do setor financeiro dez anos depois são as mesmas que nós tínhamos em 2007 e em 2008: há recuperação do mercado de derivativos; criaram-se novos produtos; houve medidas expansivas monetárias nos Estados Unidos e na União Europeia de aumento de liquidez, que tiveram um efeito de riqueza importante para os detentores de patrimônio financeiro e, com isso, acentuou a desigualdade social. Ou seja, todos os fatores de risco estão presentes no atual contexto. Isso põe, portanto, o seguinte problema: se assim for, a análise que podemos fazer desse longuíssimo processo de recuperação tem que ter em atenção os efeitos sociais e institucionais de readaptação ao longo do período recessivo.

Há mais de cinquenta anos que se dispõe das tecnologias que permitem criar novas indústrias – e têm criado; que permitem alterar o modo de produção em outras indústrias – e o tem feito; que permitem, portanto, uma alteração da composição de capital e trabalho em parte das indústrias e que permitiriam uma expansão importante da estrutura produtiva. E, no entanto, como isso exige profundíssimas alterações sociais e institucionais, é nesse terreno que tem havido as maiores dificuldades, e é nesse terreno que há fortes conflitos sociais. A luta de classes nas economias desenvolvidas hoje se concentra muito em saber se as burguesias conseguem impor um regime com uma modificação estrutural do lugar do trabalho no sistema produtivo, com salários permanentemente rebaixados para profissões muito mais qualificadas e com uma precarização muito grande, que impede as formas de organização coletiva e que dispersa a capacidade de reação dos trabalhadores.

Essa é a contradição-chave: o paradigma tecnoeconômico em que se baseia a possibilidade de uma nova onda expansiva induz salários altos, porque cria novas especializações profissionais com elevadíssimo grau de qualificação, como na produção de aplicações em *software*, na gestão de *hardware*, na expansão dos modos de comunicação, na aplicação da automação em vários níveis da atividade social e das atividades produtivas, na requalificação da estrutura industrial. As novas profissões que surgem ou as velhas profissões que são reformuladas por esses fatores implicam um nível elevado de qualificação e de salário.

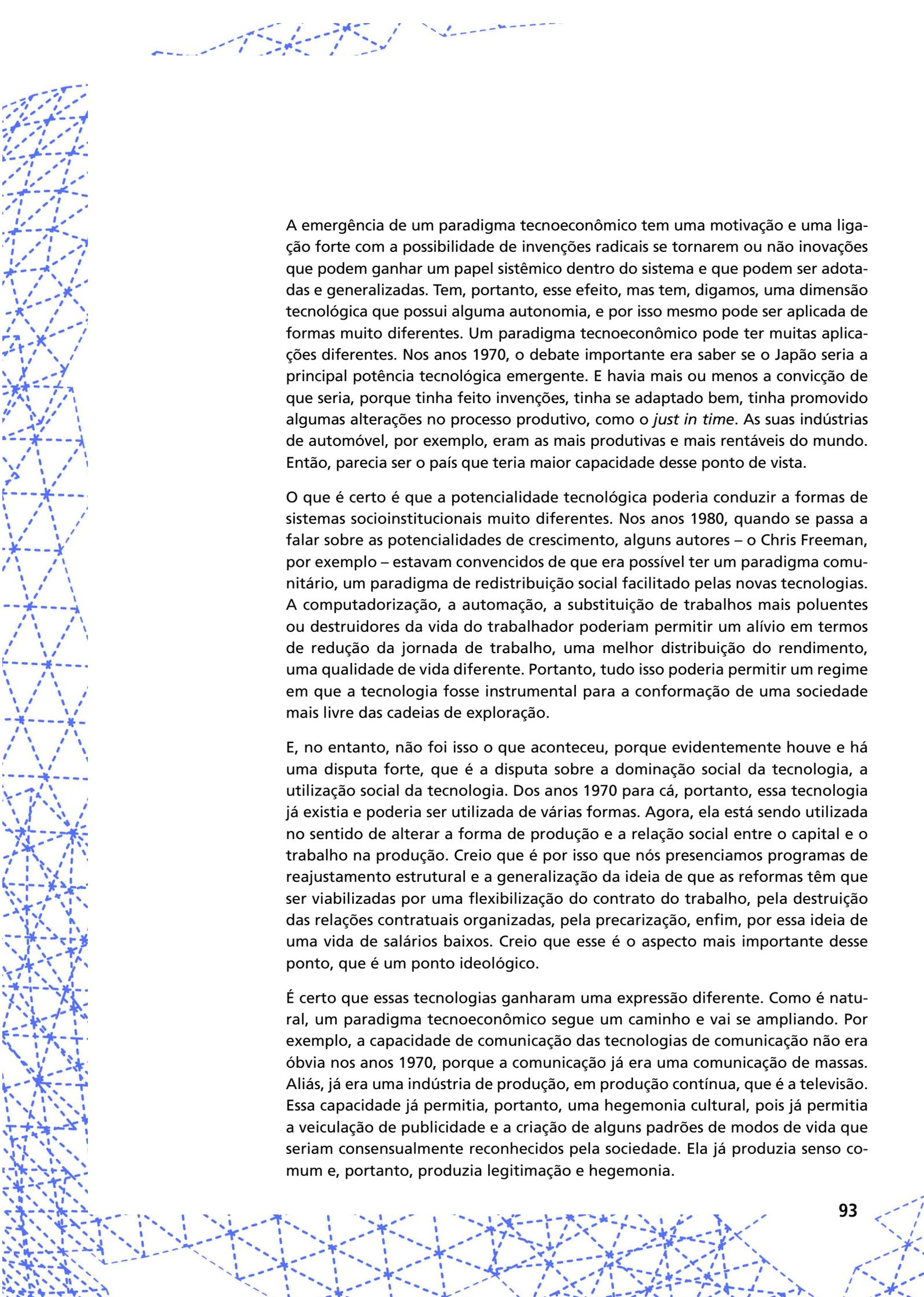


Ocorre que o sistema produtivo que nasce dessa tensão pretende exatamente o contrário. Ele precisa, na verdade, de mais exploração, da intensificação dos mecanismos de mais-valia absoluta, ou seja, da redução efetiva do salário. E [o sistema] faz isso de duas formas: a partir da determinação de um salário muito baixo para as novas profissões e, depois, valendo-se da redução substancial do salário indireto, aumentando os impostos ou diminuindo a parte socializada dos custos da vida – saúde, educação, transporte. São efeitos que, particularmente nos países ocidentais, têm um peso grande na composição do poder de compra dos trabalhadores, da massa da população.

O aumento desses custos, combinado com o aumento dos impostos e com a contenção dos salários, consiste em uma alteração substancial. É, digamos, uma mais-valia absoluta combinada com uma fortíssima redução do salário indireto, o que, aliás, produz consequências na própria legitimação do sistema econômico, porque o sistema econômico e social viveu muito da ideia de que havia uma parte da vida das pessoas que era protegida das contingências e dos riscos – a saúde pública, por exemplo. Isso não se aplica em uma grande parte do mundo, mas se aplica certamente na Europa, no Canadá e em outros países. A crise dos sistemas políticos, nomeadamente na União Europeia, tem muitas razões, mas uma das razões estruturais é precisamente esta: os mecanismos de legitimação que correspondiam à relação de redistribuição igualitária obtida pelo Estado-providência vão sendo estruturalmente enfraquecidos, o que tem consequências muito grandes na criação de fatores de desigualdades.

Jonas Valente – Essa mudança, a partir do fim dos anos 1970, coincide com a disseminação, em larga escala, das tecnologias da informação e da comunicação. Há uma coincidência? Essas tecnologias vêm junto com esse período recessivo ou contribuíram, de alguma forma, para a recessão? Qual a relação que o senhor percebe entre esses fatores?

Francisco Louçã – Toda a economia de mercado, toda a economia capitalista, foi desde sempre uma economia baseada na informação e na comunicação. A particularidade dessa mudança nos anos 1970 foi que a informação passou a poder ser processada de uma forma instrumental como nunca se tinha conhecido até então. Antes, a informação era processada, sobretudo, pelo conhecimento e pelo conhecimento tácito, em particular. Pelo conhecimento científico e pelo conhecimento tácito nos processos industriais. A partir do momento em que a computadorização se torna possível pelo *microchip*, porque há possibilidade de multiplicar em muitas aplicações diferentes a localização do processamento da informação, passamos a viver em um mundo novo. Então, essas tecnologias tiveram um papel importante na reorganização dos sistemas industriais e na criação de novas indústrias. Basta ver a lista da Forbes dos milionários mais ricos do mundo. É uma mistura curiosa, aliás, entre os ultrabilionários da informação, os ultrabilionários da distribuição comercial e os do setor financeiro.

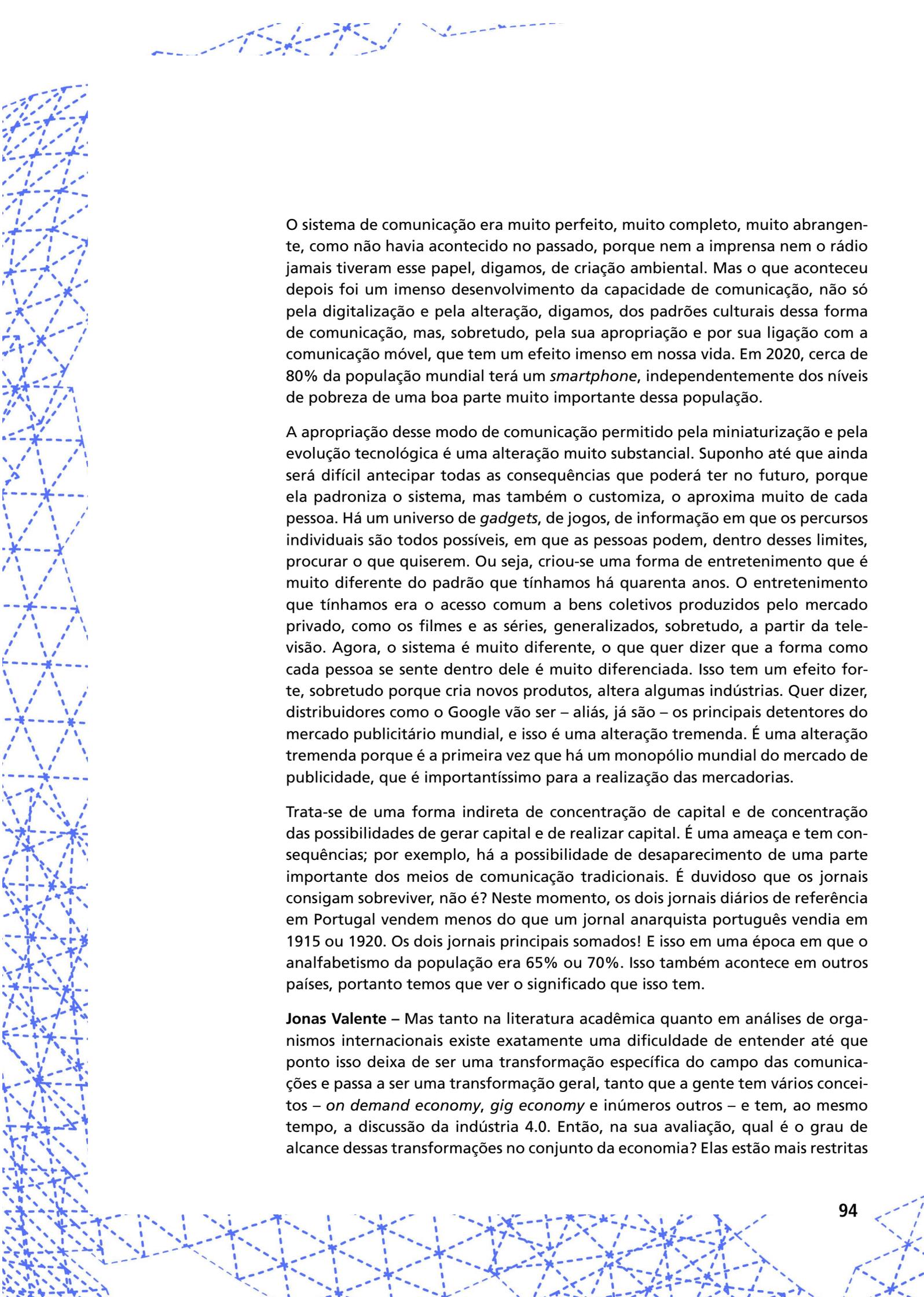


A emergência de um paradigma tecnoeconômico tem uma motivação e uma ligação forte com a possibilidade de invenções radicais se tornarem ou não inovações que podem ganhar um papel sistêmico dentro do sistema e que podem ser adotadas e generalizadas. Tem, portanto, esse efeito, mas tem, digamos, uma dimensão tecnológica que possui alguma autonomia, e por isso mesmo pode ser aplicada de formas muito diferentes. Um paradigma tecnoeconômico pode ter muitas aplicações diferentes. Nos anos 1970, o debate importante era saber se o Japão seria a principal potência tecnológica emergente. E havia mais ou menos a convicção de que seria, porque tinha feito invenções, tinha se adaptado bem, tinha promovido algumas alterações no processo produtivo, como o *just in time*. As suas indústrias de automóvel, por exemplo, eram as mais produtivas e mais rentáveis do mundo. Então, parecia ser o país que teria maior capacidade desse ponto de vista.

O que é certo é que a potencialidade tecnológica poderia conduzir a formas de sistemas socioinstitucionais muito diferentes. Nos anos 1980, quando se passa a falar sobre as potencialidades de crescimento, alguns autores – o Chris Freeman, por exemplo – estavam convencidos de que era possível ter um paradigma comunitário, um paradigma de redistribuição social facilitado pelas novas tecnologias. A computadorização, a automação, a substituição de trabalhos mais poluentes ou destruidores da vida do trabalhador poderiam permitir um alívio em termos de redução da jornada de trabalho, uma melhor distribuição do rendimento, uma qualidade de vida diferente. Portanto, tudo isso poderia permitir um regime em que a tecnologia fosse instrumental para a conformação de uma sociedade mais livre das cadeias de exploração.

E, no entanto, não foi isso o que aconteceu, porque evidentemente houve e há uma disputa forte, que é a disputa sobre a dominação social da tecnologia, a utilização social da tecnologia. Dos anos 1970 para cá, portanto, essa tecnologia já existia e poderia ser utilizada de várias formas. Agora, ela está sendo utilizada no sentido de alterar a forma de produção e a relação social entre o capital e o trabalho na produção. Creio que é por isso que nós presenciamos programas de reajustamento estrutural e a generalização da ideia de que as reformas têm que ser viabilizadas por uma flexibilização do contrato do trabalho, pela destruição das relações contratuais organizadas, pela precarização, enfim, por essa ideia de uma vida de salários baixos. Creio que esse é o aspecto mais importante desse ponto, que é um ponto ideológico.

É certo que essas tecnologias ganharam uma expressão diferente. Como é natural, um paradigma tecnoeconômico segue um caminho e vai se ampliando. Por exemplo, a capacidade de comunicação das tecnologias de comunicação não era óbvia nos anos 1970, porque a comunicação já era uma comunicação de massas. Aliás, já era uma indústria de produção, em produção contínua, que é a televisão. Essa capacidade já permitia, portanto, uma hegemonia cultural, pois já permitia a veiculação de publicidade e a criação de alguns padrões de modos de vida que seriam consensualmente reconhecidos pela sociedade. Ela já produzia senso comum e, portanto, produzia legitimação e hegemonia.

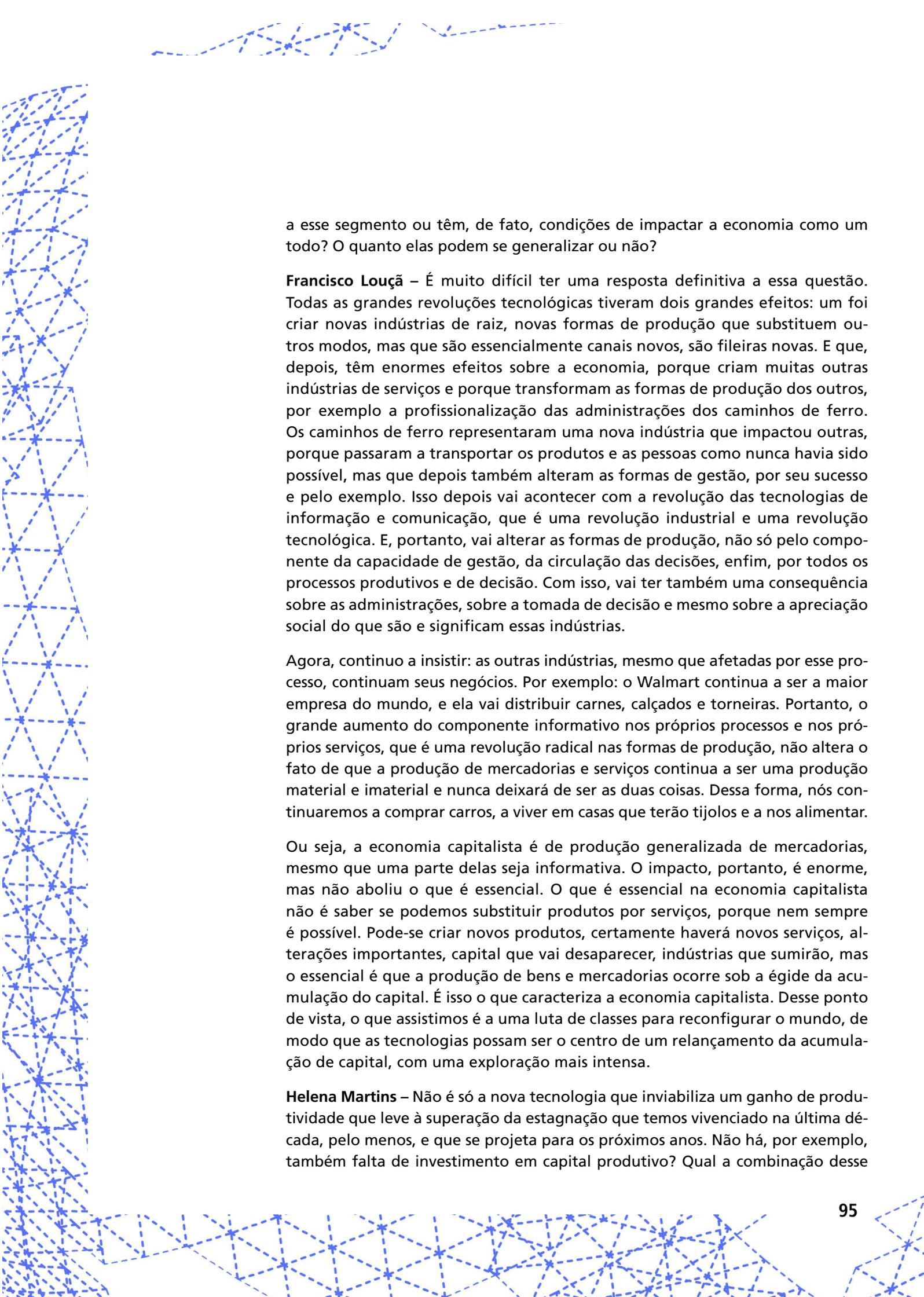


O sistema de comunicação era muito perfeito, muito completo, muito abrangente, como não havia acontecido no passado, porque nem a imprensa nem o rádio jamais tiveram esse papel, digamos, de criação ambiental. Mas o que aconteceu depois foi um imenso desenvolvimento da capacidade de comunicação, não só pela digitalização e pela alteração, digamos, dos padrões culturais dessa forma de comunicação, mas, sobretudo, pela sua apropriação e por sua ligação com a comunicação móvel, que tem um efeito imenso em nossa vida. Em 2020, cerca de 80% da população mundial terá um *smartphone*, independentemente dos níveis de pobreza de uma boa parte muito importante dessa população.

A apropriação desse modo de comunicação permitido pela miniaturização e pela evolução tecnológica é uma alteração muito substancial. Suponho até que ainda será difícil antecipar todas as consequências que poderá ter no futuro, porque ela padroniza o sistema, mas também o customiza, o aproxima muito de cada pessoa. Há um universo de *gadgets*, de jogos, de informação em que os percursos individuais são todos possíveis, em que as pessoas podem, dentro desses limites, procurar o que quiserem. Ou seja, criou-se uma forma de entretenimento que é muito diferente do padrão que tínhamos há quarenta anos. O entretenimento que tínhamos era o acesso comum a bens coletivos produzidos pelo mercado privado, como os filmes e as séries, generalizados, sobretudo, a partir da televisão. Agora, o sistema é muito diferente, o que quer dizer que a forma como cada pessoa se sente dentro dele é muito diferenciada. Isso tem um efeito forte, sobretudo porque cria novos produtos, altera algumas indústrias. Quer dizer, distribuidores como o Google vão ser – aliás, já são – os principais detentores do mercado publicitário mundial, e isso é uma alteração tremenda. É uma alteração tremenda porque é a primeira vez que há um monopólio mundial do mercado de publicidade, que é importantíssimo para a realização das mercadorias.

Trata-se de uma forma indireta de concentração de capital e de concentração das possibilidades de gerar capital e de realizar capital. É uma ameaça e tem consequências; por exemplo, há a possibilidade de desaparecimento de uma parte importante dos meios de comunicação tradicionais. É duvidoso que os jornais consigam sobreviver, não é? Neste momento, os dois jornais diários de referência em Portugal vendem menos do que um jornal anarquista português vendia em 1915 ou 1920. Os dois jornais principais somados! E isso em uma época em que o analfabetismo da população era 65% ou 70%. Isso também acontece em outros países, portanto temos que ver o significado que isso tem.

Jonas Valente – Mas tanto na literatura acadêmica quanto em análises de organismos internacionais existe exatamente uma dificuldade de entender até que ponto isso deixa de ser uma transformação específica do campo das comunicações e passa a ser uma transformação geral, tanto que a gente tem vários conceitos – *on demand economy*, *gig economy* e inúmeros outros – e tem, ao mesmo tempo, a discussão da indústria 4.0. Então, na sua avaliação, qual é o grau de alcance dessas transformações no conjunto da economia? Elas estão mais restritas



a esse segmento ou têm, de fato, condições de impactar a economia como um todo? O quanto elas podem se generalizar ou não?

Francisco Louçã – É muito difícil ter uma resposta definitiva a essa questão. Todas as grandes revoluções tecnológicas tiveram dois grandes efeitos: um foi criar novas indústrias de raiz, novas formas de produção que substituem outros modos, mas que são essencialmente canais novos, são fileiras novas. E que, depois, têm enormes efeitos sobre a economia, porque criam muitas outras indústrias de serviços e porque transformam as formas de produção dos outros, por exemplo a profissionalização das administrações dos caminhos de ferro. Os caminhos de ferro representaram uma nova indústria que impactou outras, porque passaram a transportar os produtos e as pessoas como nunca havia sido possível, mas que depois também alteram as formas de gestão, por seu sucesso e pelo exemplo. Isso depois vai acontecer com a revolução das tecnologias de informação e comunicação, que é uma revolução industrial e uma revolução tecnológica. E, portanto, vai alterar as formas de produção, não só pelo componente da capacidade de gestão, da circulação das decisões, enfim, por todos os processos produtivos e de decisão. Com isso, vai ter também uma consequência sobre as administrações, sobre a tomada de decisão e mesmo sobre a apreciação social do que são e significam essas indústrias.

Agora, continuo a insistir: as outras indústrias, mesmo que afetadas por esse processo, continuam seus negócios. Por exemplo: o Walmart continua a ser a maior empresa do mundo, e ela vai distribuir carnes, calçados e torneiras. Portanto, o grande aumento do componente informativo nos próprios processos e nos próprios serviços, que é uma revolução radical nas formas de produção, não altera o fato de que a produção de mercadorias e serviços continua a ser uma produção material e imaterial e nunca deixará de ser as duas coisas. Dessa forma, nós continuaremos a comprar carros, a viver em casas que terão tijolos e a nos alimentar.

Ou seja, a economia capitalista é de produção generalizada de mercadorias, mesmo que uma parte delas seja informativa. O impacto, portanto, é enorme, mas não aboliu o que é essencial. O que é essencial na economia capitalista não é saber se podemos substituir produtos por serviços, porque nem sempre é possível. Pode-se criar novos produtos, certamente haverá novos serviços, alterações importantes, capital que vai desaparecer, indústrias que sumirão, mas o essencial é que a produção de bens e mercadorias ocorre sob a égide da acumulação do capital. É isso o que caracteriza a economia capitalista. Desse ponto de vista, o que assistimos é a uma luta de classes para reconfigurar o mundo, de modo que as tecnologias possam ser o centro de um relançamento da acumulação de capital, com uma exploração mais intensa.

Helena Martins – Não é só a nova tecnologia que inviabiliza um ganho de produtividade que leve à superação da estagnação que temos vivenciado na última década, pelo menos, e que se projeta para os próximos anos. Não há, por exemplo, também falta de investimento em capital produtivo? Qual a combinação desse



4 Operações em que um banco
contrai empréstimos em um dia
para pagar no dia seguinte.

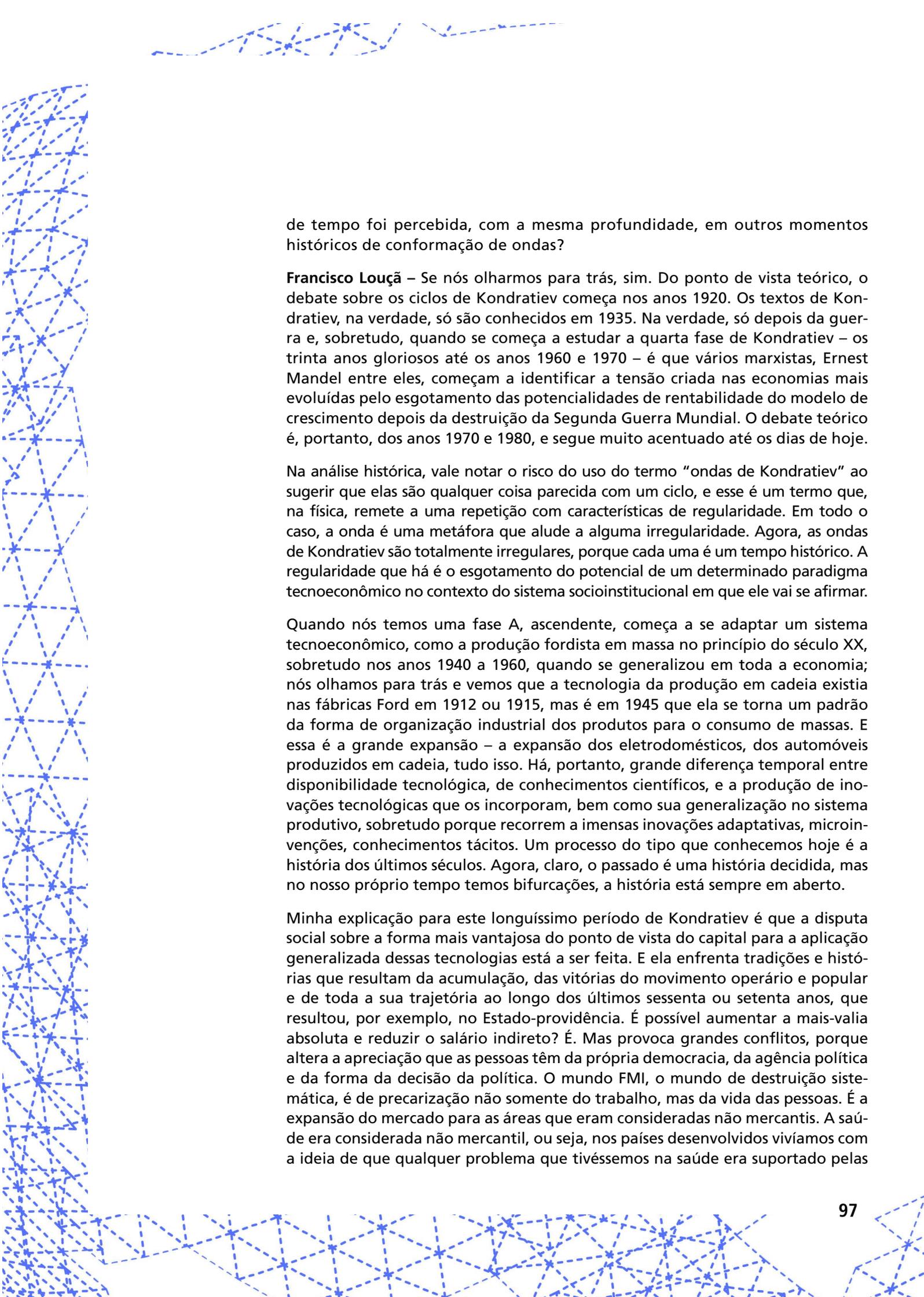
processo tecnológico com a lógica da financeirização? O que faz, enfim, com que tenhamos esse cenário de ausência de crescimento?

Francisco Louçã – A ausência de crescimento deriva de uma ausência de acumulação de capital. Apesar da recuperação da taxa de lucro, a acumulação de capital foi sempre muito lenta ao longo deste período dos últimos quarenta anos, mesmo quando a taxa de lucro se recuperou, porque as expectativas de novos investimentos eram relativamente reduzidas, com diferenciais importantes, porque há grandes investimentos em alguns setores, sendo também verdade que em alguns novos produtos e novas indústrias de serviços a necessidade de investimentos é relativamente pequena em comparação à indústria tradicional. Há menos necessidade de capital para criar um Instagram do que para implantar uma Kodak. E, portanto, isso alterou a forma de investimento.

Agora, a financeirização, em certa medida, é o resultado combinado desses dois efeitos. O primeiro é que, havendo um crescimento relativamente lento das principais economias, há recuperação de taxa de lucro em alguns setores, mas no conjunto da economia o processo de acumulação é lento. E a financeirização foi vista como um processo para criar uma concentração de capital muito rápida e de uma forma facilitada. Por um lado, porque era protegida: os bancos têm uma necessidade de capital baixa e incompatível com qualquer outro setor da economia capitalista, têm a garantia da proteção de depósitos e nos resgates e dispõem de uma situação de benefícios políticos muito fortes. Eles perceberam que podiam atrair poupanças criando uma expectativa de benefícios; a partir daí, podiam criar capital fictício e moeda de uma forma muito rápida e agressiva. Foi isso que levou, em grande parte, à financeirização.

Por outro lado, a financeirização se beneficia dessa situação de crescimento global lento, fase B de Kondratiev, bem como de meios de comunicação que nunca tinha tido até então. O processamento de informação permite a multiplicação de investimentos de curto prazo; já não é só o *overnight*⁴ – um caso foi o banco Goldman Sachs, que desencadeou durante 11 segundos uma grande operação bolsista simplesmente para tentar descobrir como funcionavam os algoritmos dos computadores dos seus principais concorrentes. É puramente uma guerra de informação para saber como é que uma diferença marginal, insignificante, pode ganhar alguma vantagem. O Michael Lewis escreveu um livro chamado *Flash Boys* (Editora Intrínseca, 2014), uma investigação sobre a descoberta da instalação de um cabo de fibra ótica entre Chicago e Nova Iorque para que as empresas pudessem ter, em Nova Iorque, 19 milissegundos antes, a informação sobre o mercado de Chicago. Pensaram que com 19 milissegundos de vantagem em relação ao outro mercado poderiam conseguir ganhos mais significativos, porque a computação e a rapidez do processamento e de tomada de decisão sobre investimentos por meio dos algoritmos assim o permitiriam. Isso evidentemente tem um significado para essa indústria.

Helena Martins – O senhor apontou, no início da entrevista, um desajustamento entre o paradigma tecnoeconômico e as instituições sociais hoje. Essa dificuldade de aproximar esses dois momentos para ter uma nova formação



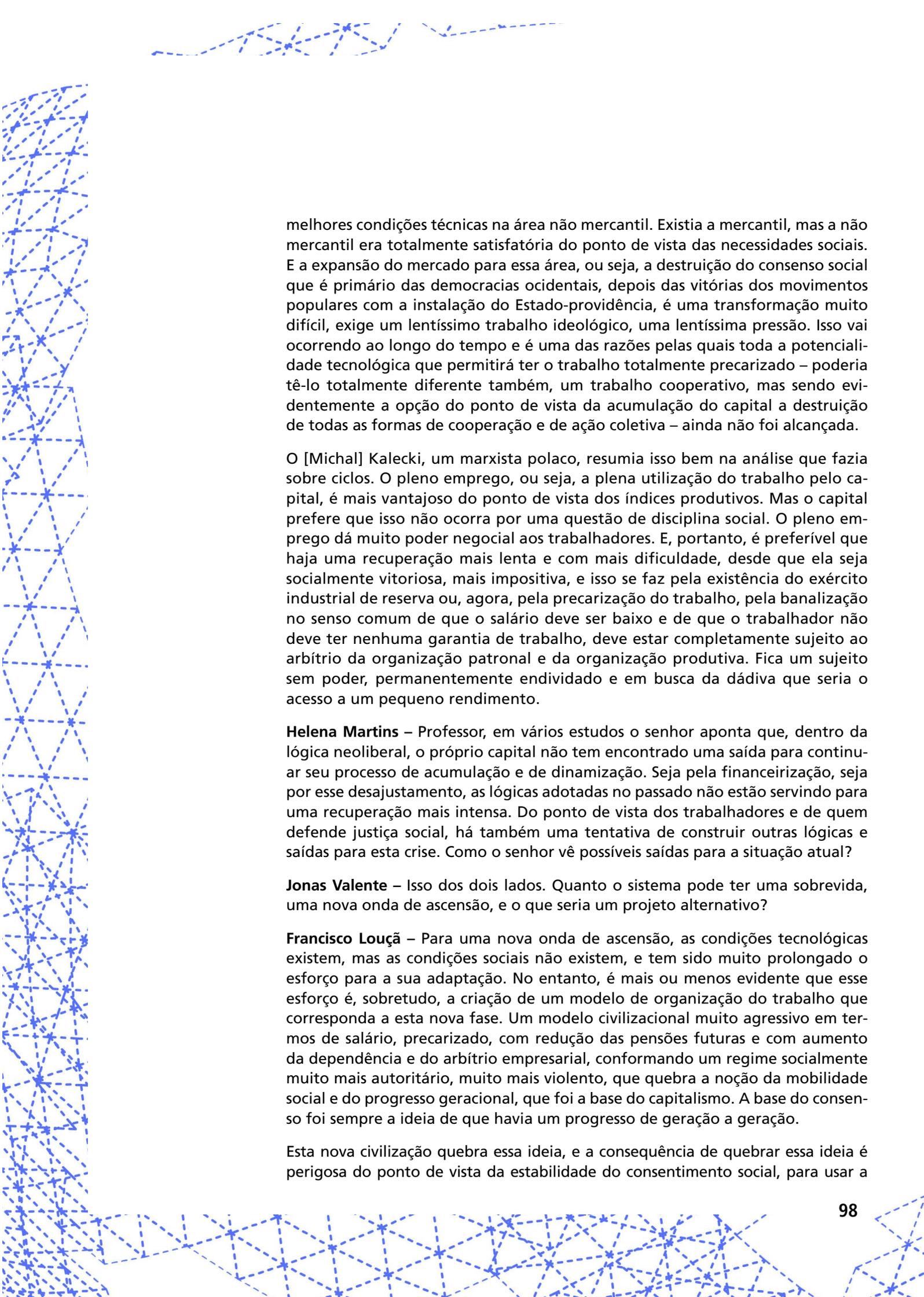
de tempo foi percebida, com a mesma profundidade, em outros momentos históricos de conformação de ondas?

Francisco Louçã – Se nós olharmos para trás, sim. Do ponto de vista teórico, o debate sobre os ciclos de Kondratiev começa nos anos 1920. Os textos de Kondratiev, na verdade, só são conhecidos em 1935. Na verdade, só depois da guerra e, sobretudo, quando se começa a estudar a quarta fase de Kondratiev – os trinta anos gloriosos até os anos 1960 e 1970 – é que vários marxistas, Ernest Mandel entre eles, começam a identificar a tensão criada nas economias mais evoluídas pelo esgotamento das potencialidades de rentabilidade do modelo de crescimento depois da destruição da Segunda Guerra Mundial. O debate teórico é, portanto, dos anos 1970 e 1980, e segue muito acentuado até os dias de hoje.

Na análise histórica, vale notar o risco do uso do termo “ondas de Kondratiev” ao sugerir que elas são qualquer coisa parecida com um ciclo, e esse é um termo que, na física, remete a uma repetição com características de regularidade. Em todo o caso, a onda é uma metáfora que alude a alguma irregularidade. Agora, as ondas de Kondratiev são totalmente irregulares, porque cada uma é um tempo histórico. A regularidade que há é o esgotamento do potencial de um determinado paradigma tecnoeconômico no contexto do sistema socioinstitucional em que ele vai se afirmar.

Quando nós temos uma fase A, ascendente, começa a se adaptar um sistema tecnoeconômico, como a produção fordista em massa no princípio do século XX, sobretudo nos anos 1940 a 1960, quando se generalizou em toda a economia; nós olhamos para trás e vemos que a tecnologia da produção em cadeia existia nas fábricas Ford em 1912 ou 1915, mas é em 1945 que ela se torna um padrão da forma de organização industrial dos produtos para o consumo de massas. E essa é a grande expansão – a expansão dos eletrodomésticos, dos automóveis produzidos em cadeia, tudo isso. Há, portanto, grande diferença temporal entre disponibilidade tecnológica, de conhecimentos científicos, e a produção de inovações tecnológicas que os incorporam, bem como sua generalização no sistema produtivo, sobretudo porque recorrem a imensas inovações adaptativas, microinvenções, conhecimentos tácitos. Um processo do tipo que conhecemos hoje é a história dos últimos séculos. Agora, claro, o passado é uma história decidida, mas no nosso próprio tempo temos bifurcações, a história está sempre em aberto.

Minha explicação para este longuíssimo período de Kondratiev é que a disputa social sobre a forma mais vantajosa do ponto de vista do capital para a aplicação generalizada dessas tecnologias está a ser feita. E ela enfrenta tradições e histórias que resultam da acumulação, das vitórias do movimento operário e popular e de toda a sua trajetória ao longo dos últimos sessenta ou setenta anos, que resultou, por exemplo, no Estado-providência. É possível aumentar a mais-valia absoluta e reduzir o salário indireto? É. Mas provoca grandes conflitos, porque altera a apreciação que as pessoas têm da própria democracia, da agência política e da forma da decisão da política. O mundo FMI, o mundo de destruição sistemática, é de precarização não somente do trabalho, mas da vida das pessoas. É a expansão do mercado para as áreas que eram consideradas não mercantis. A saúde era considerada não mercantil, ou seja, nos países desenvolvidos vivíamos com a ideia de que qualquer problema que tivéssemos na saúde era suportado pelas



melhores condições técnicas na área não mercantil. Existia a mercantil, mas a não mercantil era totalmente satisfatória do ponto de vista das necessidades sociais. E a expansão do mercado para essa área, ou seja, a destruição do consenso social que é primário das democracias ocidentais, depois das vitórias dos movimentos populares com a instalação do Estado-providência, é uma transformação muito difícil, exige um lentíssimo trabalho ideológico, uma lentíssima pressão. Isso vai ocorrendo ao longo do tempo e é uma das razões pelas quais toda a potencialidade tecnológica que permitirá ter o trabalho totalmente precarizado – poderia tê-lo totalmente diferente também, um trabalho cooperativo, mas sendo evidentemente a opção do ponto de vista da acumulação do capital a destruição de todas as formas de cooperação e de ação coletiva – ainda não foi alcançada.

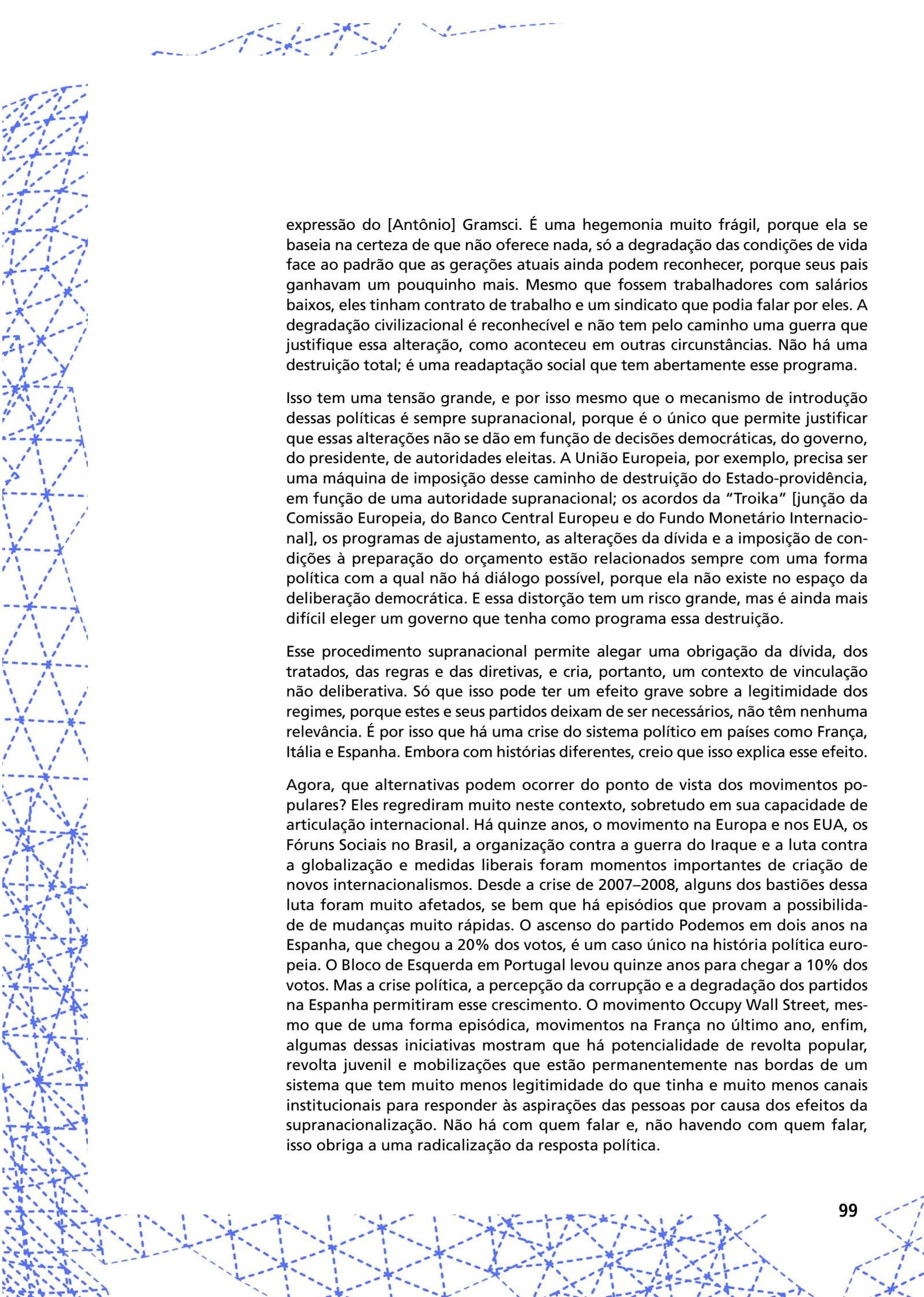
O [Michal] Kalecki, um marxista polaco, resumia isso bem na análise que fazia sobre ciclos. O pleno emprego, ou seja, a plena utilização do trabalho pelo capital, é mais vantajoso do ponto de vista dos índices produtivos. Mas o capital prefere que isso não ocorra por uma questão de disciplina social. O pleno emprego dá muito poder negocial aos trabalhadores. E, portanto, é preferível que haja uma recuperação mais lenta e com mais dificuldade, desde que ela seja socialmente vitoriosa, mais impositiva, e isso se faz pela existência do exército industrial de reserva ou, agora, pela precarização do trabalho, pela banalização no senso comum de que o salário deve ser baixo e de que o trabalhador não deve ter nenhuma garantia de trabalho, deve estar completamente sujeito ao arbítrio da organização patronal e da organização produtiva. Fica um sujeito sem poder, permanentemente endividado e em busca da dívida que seria o acesso a um pequeno rendimento.

Helena Martins – Professor, em vários estudos o senhor aponta que, dentro da lógica neoliberal, o próprio capital não tem encontrado uma saída para continuar seu processo de acumulação e de dinamização. Seja pela financeirização, seja por esse desajustamento, as lógicas adotadas no passado não estão servindo para uma recuperação mais intensa. Do ponto de vista dos trabalhadores e de quem defende justiça social, há também uma tentativa de construir outras lógicas e saídas para esta crise. Como o senhor vê possíveis saídas para a situação atual?

Jonas Valente – Isso dos dois lados. Quanto o sistema pode ter uma sobrevida, uma nova onda de ascensão, e o que seria um projeto alternativo?

Francisco Louçã – Para uma nova onda de ascensão, as condições tecnológicas existem, mas as condições sociais não existem, e tem sido muito prolongado o esforço para a sua adaptação. No entanto, é mais ou menos evidente que esse esforço é, sobretudo, a criação de um modelo de organização do trabalho que corresponda a esta nova fase. Um modelo civilizacional muito agressivo em termos de salário, precarizado, com redução das pensões futuras e com aumento da dependência e do arbítrio empresarial, conformando um regime socialmente muito mais autoritário, muito mais violento, que quebra a noção da mobilidade social e do progresso geracional, que foi a base do capitalismo. A base do consenso foi sempre a ideia de que havia um progresso de geração a geração.

Esta nova civilização quebra essa ideia, e a consequência de quebrar essa ideia é perigosa do ponto de vista da estabilidade do consentimento social, para usar a



expressão do [Antônio] Gramsci. É uma hegemonia muito frágil, porque ela se baseia na certeza de que não oferece nada, só a degradação das condições de vida face ao padrão que as gerações atuais ainda podem reconhecer, porque seus pais ganhavam um pouquinho mais. Mesmo que fossem trabalhadores com salários baixos, eles tinham contrato de trabalho e um sindicato que podia falar por eles. A degradação civilizacional é reconhecível e não tem pelo caminho uma guerra que justifique essa alteração, como aconteceu em outras circunstâncias. Não há uma destruição total; é uma readaptação social que tem abertamente esse programa.

Isso tem uma tensão grande, e por isso mesmo que o mecanismo de introdução dessas políticas é sempre supranacional, porque é o único que permite justificar que essas alterações não se dão em função de decisões democráticas, do governo, do presidente, de autoridades eleitas. A União Europeia, por exemplo, precisa ser uma máquina de imposição desse caminho de destruição do Estado-providência, em função de uma autoridade supranacional; os acordos da “Troika” [junção da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional], os programas de ajustamento, as alterações da dívida e a imposição de condições à preparação do orçamento estão relacionados sempre com uma forma política com a qual não há diálogo possível, porque ela não existe no espaço da deliberação democrática. E essa distorção tem um risco grande, mas é ainda mais difícil eleger um governo que tenha como programa essa destruição.

Esse procedimento supranacional permite alegar uma obrigação da dívida, dos tratados, das regras e das diretivas, e cria, portanto, um contexto de vinculação não deliberativa. Só que isso pode ter um efeito grave sobre a legitimidade dos regimes, porque estes e seus partidos deixam de ser necessários, não têm nenhuma relevância. É por isso que há uma crise do sistema político em países como França, Itália e Espanha. Embora com histórias diferentes, creio que isso explica esse efeito.

Agora, que alternativas podem ocorrer do ponto de vista dos movimentos populares? Eles regrediram muito neste contexto, sobretudo em sua capacidade de articulação internacional. Há quinze anos, o movimento na Europa e nos EUA, os Fóruns Sociais no Brasil, a organização contra a guerra do Iraque e a luta contra a globalização e medidas liberais foram momentos importantes de criação de novos internacionalismos. Desde a crise de 2007–2008, alguns dos bastiões dessa luta foram muito afetados, se bem que há episódios que provam a possibilidade de mudanças muito rápidas. O ascenso do partido Podemos em dois anos na Espanha, que chegou a 20% dos votos, é um caso único na história política europeia. O Bloco de Esquerda em Portugal levou quinze anos para chegar a 10% dos votos. Mas a crise política, a percepção da corrupção e a degradação dos partidos na Espanha permitiram esse crescimento. O movimento Occupy Wall Street, mesmo que de uma forma episódica, movimentos na França no último ano, enfim, algumas dessas iniciativas mostram que há potencialidade de revolta popular, revolta juvenil e mobilizações que estão permanentemente nas bordas de um sistema que tem muito menos legitimidade do que tinha e muito menos canais institucionais para responder às aspirações das pessoas por causa dos efeitos da supranacionalização. Não há com quem falar e, não havendo com quem falar, isso obriga a uma radicalização da resposta política.